

Tradução do russo e edição por CN, 27.02.2015

(original em: <http://cccp-kpss.narod.ru/arhiv/soprob/stali/stalinizm-li.htm>)

---

## O culpado será o «*stalinismo*»?

(Definir correctamente, sem preconceitos e artificialismos,  
a natureza do actual «*mecanismo de travagem*»)

### Carta aberta a Mikhail Gorbatchov secretário-geral do PCUS

Tatiana Khabarova<sup>1</sup>

1987

Penso ser oportuno tecer algumas considerações sobre o programa, por vós proposto, de superação da prolongada «*travagem*» social e económica do desenvolvimento da nossa sociedade.

#### 1.

Numa das vossas recentes intervenções falastes da «*célebre lei, descoberta por K. Marx e F. Engels*»,<sup>2</sup> – a lei da correspondência das relações de produção ao carácter e nível de desenvolvimento das forças produtivas. Esta é uma lei efectivamente «*célebre*», uma vez que constitui a «*construção portante*» conceptual da análise sociológica marxista em todos os seus ângulos e em qualquer direcção. No entanto, também o seu destino (desta lei) no «*período de estagnação*» foi bastante conturbado. Não tereis porventura notado a curiosa circunstância de que nos trinta e tal anos transcorridos até «*à vossa chegada*», o último alto dirigente do partido e do Estado que analisou os problemas económicos e sociais, sob o ponto de vista do princípio da correspondência como força propulsora da **contradição dialéctica** da nossa formação, foi I.V. Stáline?<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> O presente texto foi escrito em Moscovo, em Outubro de 1987.

<sup>2</sup> *Pravda*, de 11 de Abril de 1987, p. 2.

<sup>3</sup> Refiro-me ao trabalho *Problemas Económicos do Socialismo na URSS* (1952) [ver tradução portuguesa em <http://www.hist-socialismo.com/docs/ProblemasEconomicosSocialismo.pdf>. (N. Ed)].

A partir de meados dos anos 50, os resultados da discussão sobre Economia de 1951-1952 (que culminou com o surgimento do referido trabalho de Stáline) começaram a ser alvo de um enérgico revisionismo, e de longe não a favor da «célebre lei», mas precisamente a favor da posição bukharinista que se lhe opunha, a qual foi na altura defendida solitariamente por L.D. Iarochenko.

Do ponto de vista marxista, a lei da correspondência constitui a representação da **contradição fundamental (ou essencial)** do modo de produção, constituindo lados equitativos desta contradição as forças produtivas e as relações de produção (de base). A sua interacção é cíclica, e é precisamente na fronteira entre «*ciclos de base*» vizinhos que se forma a linha divisória que marca o **salto qualitativo** no desenvolvimento da sociedade, o momento da transição do todo económico e social de um nível qualitativo para outro mais elevado.

Na sua essência esta transição não é outra coisa senão a periódica «*colocação em correspondência*» dos elementos opostos objectivos dialécticos (a base e as forças produtivas), a eliminação da «*dissonância*» que inevitavelmente surge entre eles no final de cada ciclo. A «*dissonância*» manifesta-se no facto de as relações de base envelhecerem, e de «*principal motor*» do desenvolvimento das forças produtivas se transformarem no seu travão; no interior do complexo sócioprodutivo desenvolve-se o que hoje chamamos de «*mecanismo de travagem*». No momento do salto qualitativo social dialéctico o «*mecanismo de travagem*» é destruído, e a base reorganizada regressa novamente durante algum tempo (até ao próximo «*envelhecimento*») ao seu papel activo de liderança em relação às forças produtivas. Abre-se um novo «*espaço estrutural*» de desenvolvimento, para o qual as forças produtivas se precipitam, fortemente atraídas pela renovação das relações de produção que são o seu «*reboador*» objectivo-dialéctico.

Um avanço entre ciclos das relações de produção só pode realizar-se mediante a mais decidida «*ingerência*» da superestrutura política progressista revolucionária: isto porque as alterações na base económica da sociedade são sempre a «*introdução de correcções*», por vezes bastante radicais, nas formas dominantes de propriedade, na distribuição do poder, e estas coisas não mudam «*espontaneamente*», «*por si próprias*». Por isso, hoje, justamente se lembra que o «*funcionamento*» da lei da correspondência tem a aparência exterior da democratização, da «*deselitização*» da organização social (na sociedade antagónica é a revolução política). Aliás, mesmo no nosso regime não antagónico, justifica-se classificar uma tão grande transformação deste tipo como uma «*revolução*», que no entanto se realiza sob uma forma socialmente controlada, institucional.

Todavia, como já referimos, a partir de 1953, todos estes conceitos marxistas (reflectidos em maior ou menor medida no trabalho de Stáline *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*, bem como na sua obra *Sobre o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialéctico*, incluído como capítulo teórico-filosófico no manual *História do Partido Comunista da URSS (bolchevique) – Breve Curso*, que teve na altura uma divulgação massiva) – todos estes conceitos marxistas foram rapidamente erradicados com o triunfo do «*iarochenkismo*» (apesar de o nome desta pessoa, objectivamente equivocada, mas subjectivamente merecedora de menção, nunca mais ter sido referido a este propósito.)

Aqui chegados na nossa análise, seguramente que é já evidente para vós a questão principal que vos dirijo e a ideia-chave da minha missiva: é extremamente difícil in-

tuir qual o conteúdo científico marxista que atribuis à afirmação de que, alegadamente, os conceitos teóricos sobre o socialismo (e sobre o desenvolvimento da formação em geral), prevalentes na sociologia soviética nas últimas duas ou três décadas, «*permanecem ao nível dos anos 30 e 40*»,<sup>4</sup> e que isso terá sido precisamente uma das causas pelas quais, entre 1982 e 1985, se criou na prática uma situação de crise na economia nacional e noutras esferas da vida social do país.

Como é sabido, o XIX Congresso do PCUS tomou a decisão de reelaborar o Programa do Partido e deliberou guiar-se pelas teses principais dos *Problemas Económicos* de Stáline;<sup>5</sup> trabalho este que deu corpo ao conjunto de concepções de «*peso*» sobre o desenvolvimento do organismo sócioprodutivo (incluindo a época da construção do comunismo), que se sedimentou em resultado de tensos debates teórico-ideológicos e investigações entre os anos 30 e o início dos anos 50. Logo na segunda metade dos anos 30 e até ao início dos anos 50, a orientação, digamos, oficial do partido e a exposição resumida e geral dos avanços obtidos neste domínio estavam contidos no já referido capítulo teórico do Breve Curso da História do PC da URSS (b).

Será então que, na vossa opinião, o desenvolvimento teórico-ideológico no nosso país, da segunda metade dos anos 50 até aos nossos dias, seguiu a linha do *Breve Curso* e dos *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*? Afirmar tal coisa parece-me simplesmente ridículo. E é absolutamente inadmissível, segundo a minha firme convicção, que estes entorses e distorções da verdade histórica (anedóticos se, com grande lástima, não fossem proferidos por «*eminências*» partidárias tão impressionantes), é absolutamente inadmissível que tudo isto sirva para «*fundamentar*» acções e passos reais de grande escala no sentido de corrigir o curso de crise dos acontecimentos.

Regressemos rapidamente a L.D. Iarochenko.

«*O erro principal do camarada Iarochenko*», segundo o ponto de vista de Stáline, «*consiste no facto de se afastar do marxismo na questão do papel das forças produtivas e das relações de produção no desenvolvimento da sociedade, de exagerar desmesuradamente o papel das forças produtivas, bem como de subestimar desmesuradamente o papel das relações de produção e de arrematar a questão declarando que, no socialismo, as relações de produção fazem parte das forças produtivas. (...)*

«*No que respeita ao regime socialista, onde já não existem "contradições antagónicas de classe" e onde as relações de produção "já não estão em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas", o camarada Iarochenko considera que aqui as relações de produção deixam de ter qualquer papel autónomo, deixam de ser um factor importante do desenvolvimento e são absorvidas pelas forças produtivas, tal como a parte é absorvida pelo todo.*» (...)

«*O camarada Iarochenko (...)* reduz o problema da economia política do socialismo à organização racional das forças produtivas, pondo de lado as relações de produção, isto é as relações económicas, e dissociando-as das forças produtivas.

«*Portanto, em vez de economia política marxista, o camarada Iarochenko propõe-nos algo parecido com a Ciência Universal da Organização de Bogdánov (...)* algo no género da "técnica da organização social" de Bukhárine». (...)

---

<sup>4</sup> *Pravda*, de 28 de Janeiro de 1987, p. 1.

<sup>5</sup> *O PCUS nas suas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e Plenários* t. III., Gospolitizdat, Moscovo, 1954, pp. 594-595.

«É isto que explica em rigor o facto de o camarada Iarochenko não se interessar por questões económicas do regime socialista, como a presença de diversas formas de propriedade na nossa economia, a circulação mercantil, a lei do valor, etc., considerando-as questões secundárias, que apenas suscitam controvérsias escolásticas. (...)

«O camarada Iarochenko pensa que é suficiente arranjar uma “organização racional das forças produtivas” para passar do socialismo ao comunismo sem dificuldades particulares.<sup>6</sup>

A resolução do XIX Congresso do PCUS sobre a reelaboração do Programa do Partido, na base das concepções traçadas de modo geral nos *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*, não foi cumprida. Tereis porventura algo a objectar contra este facto indiscutível? A maior parte dos elementos que integravam a respectiva Comissão foi alvo de repressões, com excepção de alguns nossos sociólogos «*insubmersíveis*», dispostos a escrever qualquer programa, sob orientações de quem quer que fosse, desde que se tratasse do Programa do Partido governante e desde que isso lhes garantisse a participação nos assuntos da direcção do partido e do Estado, com todas as vantagens daí decorrentes.

Assinalo a propósito (apesar de mais adiante falarmos em particular da *transparência*<sup>7</sup>) que a composição da Comissão formada no XIX Congresso do PCUS foi na altura **tornada pública**; em contrapartida a composição de uma comissão análoga (para a preparação da nova redacção do Programa do PCUS), que esteve em funções entre os XXVI e XXVII congressos do partido, permanece até hoje um segredo bem guardado para o cidadão soviético comum.

No final de uma série peripécias, o XXII Congresso do PCUS aprovou um Programa do Partido, do qual não se pode dizer que tenha «*permanecido no nível*» das concepções do socialismo, desenvolvidas pelo pensamento colectivo do partido até ao início dos anos 50, reflectido nos documentos do XIX Congresso. Antes se deveria dizer que nesse programa não restou praticamente nada daquilo que era mais representativo e decisivo do mencionado esqueleto teórico geral e conceptual.

Pelo seu «*esquema*» interno teórico geral, o Programa de 1961 não pendia em absoluto para o lado marxista dos debates sociais-filosóficos e sobre Economia Política de 1951-52, mas precisamente para o lado contrário, onde se entrincheiravam as visões tecnocráticas e antidialécticas bogdanovistas-bukharinistas sobre a estrutura e evolução da produção social.

Analisemos este aspecto mais em pormenor.

## 2.

As tendências e correntes sociais-filosóficas, económicas e outras do conhecimento da sociedade não surgem devido à inclinação abstracta da humanidade para a

---

<sup>6</sup> <http://www.hist-socialismo.com/docs/ProblemasEconomicosSocialismo.pdf>, pp. 35-36 e 38-39. (N. Ed.)

<sup>7</sup> O termo usado no original é a famigerada *glasnost* que na época da *perestroika* entrou no vocabulário internacional. (N. Ed.)

diversidade de pontos de vista, mas unicamente porque existem forças sociais e de classe reais que necessitam deste ou daquele conjunto de concepções como sua autoconsciência e autoexpressão ideológica. Assim as teorias oportunistas de direita representaram (e representam) a ideologia dos pequenos proprietários, dos pequenos exploradores, «*companheiros de viagem*» do poder popular: uma camada social suficientemente impressiva pela sua expressão numérica, que ligou a sua «*estratégia de sobrevivência*» não à resistência aberta às transformações socialistas, mas à tentativa de se adaptar à nova organização, mimetizá-la, «*implantar-se pacificamente*» nela. De toda a herança da pré-história exploradora, esta camada é a mais tenaz e também bastante perigosa pela sua «*plasticidade*» política, capacidade de adaptação, hipocrisia, bem como pelo facto de que dela são incessantemente «*recrutados*» os mais variados elementos degenerados e com tendências egoístas de casta, por vezes do tipo e origem mais inesperados.

A tais «*companheiros de viagem*» são particularmente alheias e «*indesejáveis*» certas teorias da mundividência proletária, nomeadamente sobre a luta de classes, a inevitabilidade da vitória da revolução socialista e sobre as estruturas institucionais nas quais reside a essência específica do socialismo e permitem a realização e o reforço do poder dos trabalhadores: a propriedade social dos meios de produção e a correspondente superestrutura política estatal-partidária.

Desde já esclarecemos que falamos das genuínas e profundas preferências e aversões do kulaque<sup>8</sup> que «*se integra no socialismo*», e não da frequente aparência «*revolucionária*» puramente fraseológica, que facilmente engana um comunista convicto.

Todavia, a luta de classes é a expressão do antagonismo interno da sociedade; donde para «*neutralizar*», desgastar, a noção de oposição de classes, é preciso a qualquer preço procurar eliminar a ideia da **contradição interna «essencial» social-dialéctica**. Assinale-se que este pensamento oportunista de direita não nega a existência de contradições externas ao sistema; não as receia, pelo contrário, o «*companheiro de viagem*» de classe sente-se muito mais tranquilo numa atmosfera de luta da «*sociedade com a natureza*» (a definição predilecta dos bogdanovistas-bukharinistas), do que no caso de a luta ser travada no interior da sociedade directamente contra ele.

A destruição em si da construção da contradição essencial efectua-se de um modo em que o papel de um dos membros do par social-dialéctico é «*exagerado desmesuradamente*» (como atrás já se referiu), enquanto o papel do outro membro é «*desmesuradamente diminuído*», e em vez de uma «*oscilação mútua*», temos um avanço plano, em que um segue monotonamente o outro.

No quadro correctamente descrito da contradição essencial da formação socioeconómica, as relações de produção «*oscilam*» entre o estado de motor principal das forças produtivas e o estado de travão destas, e as forças produtivas passam da «*estagnação*» e «*depressão*» da base envelhecida para um conflito revolucionário com essa base e para um contínuo florescimento no novo degrau qualitativo (da base).

Ao contrário disto, nas elaborações filosóficas mecanicistas do evolucionismo plano do oportunismo, as relações de produção nivelam-se passivamente pelas alterações das forças produtivas, e essas alterações, por sua vez, reduzem-se unicamente ao avanço da técnica, a um progresso científico-técnico visto como autónomo.

---

<sup>8</sup> Camponês rico na Rússia.

Não é difícil constatar que tal interpretação se revela como uma fundamentação teórica-ideológica bastante eficaz da política de «*integração no socialismo*». Em primeiro lugar podemos dizer que ela erradica literalmente qualquer ideia sobre a «*segmentação*» do desenvolvimento social em ciclos de «*funcionamento*» da lei da correspondência (segundo «*as espiras da espiral social-dialéctica*»). Dessa forma ficam velados, obscurecidos, os momentos em que a base socialista, conduzida pela força política concentrada dos trabalhadores, se coloca firmemente à frente das forças produtivas, se reorganiza qualitativamente, penetrando cada vez mais profunda e irreversivelmente na «*camada*» histórica da formação comunista. Mas que necessidade têm disto os kulaques, os *nepman*, a *nomenklatura*, os renegados, os novos-ricos, que parasitam à custa desta ou daquela penúria de mercadorias, etc.?

Em segundo lugar, uma vez obscurecida a necessidade que surge periodicamente de uma renovação estrutural na sociedade, então, por si só, sai da ordem do dia o outro lado da questão: em que medida será inevitável a identificação e «*depuração*» periódicas dos elementos de inércia e refreadores (aos quais, como é fácil adivinhar, pertencem antes de mais os aproveitadores sociais), e de igual modo a eliminação dos «*ninhos*» estruturais nas relações de produção, onde estes elementos se instalam.

Olhem agora sob este ângulo para o Programa de «*construção da sociedade comunista*», aprovado no XXII Congresso do partido, em 1961.

Apesar de o Programa, na sua concepção, parecer abrir todo um novo período (a etapa da «*construção do comunismo em ampla escala*») na história do Estado soviético e do modo de produção comunista, nele não existe uma caracterização científica marxista da presumível nova – e importantíssima – etapa, à luz da lei primordial para os marxistas do movimento histórico de qualquer sistema socioeconómico: o princípio da correspondência da base económica (relações de produção) ao tipo e nível de desenvolvimento das forças produtivas.

No programa não há uma exposição concreta analítica-científica de **qual a fase (o ponto) e em que «ciclo de base»** se encontrava a sociedade socialista na passagem dos anos 50 para os anos 60, qual o grau de «*correspondência*» social-dialéctica (ou, inversamente, de «*desconformidade*») entre as forças produtivas e as relações de produção, se estas teriam ainda alguma reserva para estimular o desenvolvimento das forças produtivas, um potencial «*motriz*» – ou se a base já não «*puxava*» e era necessário «*empurrá-la*» para um novo nível estrutural superior. E se a base tinha envelhecido, se tinha perdido, digamos assim, o seu «*potencial motriz*», então por que vias, por intermédio de que transformações concretas se podia devolver-lhe o papel de «*motor principal*» do desenvolvimento da nossa formação orientado para o comunismo?

À custa de quê em geral, à custa de que fonte sócio-estrutural se planeava obter um crescimento tão imponente das forças produtivas: um aumento de seis vezes em 20 anos da produção industrial, de quatro vezes e meia da produtividade do trabalho? A economia política marxista – fundamento inabalável da «*engenharia social*» proletária – é a ciência das **relações de produção** (na sua conjugação dialéctica inseparável com as forças produtivas), da **essência da estrutura «geradora» da sociedade**, uma espécie de «*máquina locomotiva*» da produção social. Na visão marxista projectar com realismo e fundamento científico quaisquer avanços e mudanças no organismo social, significa observar e identificar, antes de mais, quais as

alavancas estruturais sociais da base que devem ser accionadas e que «*construção*» económica integral pode e deve surgir em resultado das medidas apontadas.

No entanto, no Programa de 1961, justamente essa análise estrutural marxista das premissas e possibilidades da transição para o comunismo – uma análise que não se limitasse à mera repetição dos termos «*forças produtivas*» e «*relações de produção*», mas procurasse apurar precisamente como «*trabalham*» entre si os elementos opostos no esquema da «*correspondência*» – essa análise simplesmente falta.

Em vez disso é-nos dado o esquema dos famigerados «*três objectivos inter-relacionados*» (os quais reproduzem com precisão a abordagem de direita, tecnicista e mecanicista desta questão, na óptica metodológica da «*teoria do equilíbrio*»):

- A criação da base material e técnica do comunismo;
- A formação nessa base de relações sociais comunistas;
- A educação do homem comunista do futuro.

Vejam com atenção mais uma vez: o que é que falta nesse esquema de **importância vital** em relação à visão marxista sobre esta matéria? Porque o classificamos peremptoriamente como uma cedência grave ao mecanicismo e ao antidialectismo? Resumidamente, podemos dizer que nele falta precisamente o **motor principal** de toda a «*máquina*» da produção social: a ideia da realização periódica de reorganizações estruturais da base económica, da **democratização das formas de apropriação dos meios de produção**, como o «*núcleo plásmico*» recôndito e vivificante do qual, em última instância, o processo histórico-económico extrai toda a energia humana necessária para o seu desenrolar incessante e progressivo.

O próprio conceito de **base económica**, como conjunto das relações de produção numa dada etapa do seu desenvolvimento, na prática desapareceu do Programa de 1961. Foi substituído pela noção de «*base técnica-material*», inteiramente no espírito de Bogdánov que, como é sabido, considerava como «*base*» as forças produtivas e não as relações de produção. A «*base técnica-material*», – ou seja, as forças produtivas grosseiramente reduzidas e a sua componente técnica – desenvolve-se, dir-se-ia, «*por si só*». Não se coloca sequer o problema das origens e condicionalismos sociais e humanos do crescimento da «*base técnica-material*», e ninguém se lembra da tal fase do ciclo social-dialéctico (determinante do progresso social), em que as relações de produção assumem o papel de «*rebocador*» das forças produtivas. A técnica (e em conjunto com ela as ciências naturais) é representada como um certo princípio «*primordial*»<sup>9</sup> – isto quando efectivamente, na teoria de Marx e Engels, a determinante da produção material-primordial, que se autodesenvolve, é incondicionalmente o homem: o **elemento principal das forças produtivas**. Pois nada disso! Em vez de ser mostrado nos seus múltiplos aspectos como o **criador da história**, o ser humano é remetido para a cauda do «*objectivo triplo*», as relações sociais são rebaixadas, no essencial, a um «*mero reflexo passivo das forças produtivas*», como chegou a escrever A.A. Voznessenski.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> «*A utilização da ciência torna-se um factor decisivo de um poderoso crescimento das forças produtivas*», *Programa do Partido Comunista da União Soviética*, Gospolitizdat, 1962, p. 125.

<sup>10</sup> *Cientista-Comunista. Por Ocasão do 70.º Aniversário do Nascimento de A.A. Voznessenski*, Editora da Universidade de Leningrado, 1973, p. 57.

Portanto, se o Programa do Partido para a nossa época fosse elaborado inteira e efectivamente de acordo com o marxismo, então a ordem de sequência dos «*objectivos interligados*» seria precisamente a contrária:

a) A determinação abalizada da «*distância de base (estrutural)*» até à concretização relativa do comunismo e o apuramento de quantos e quais os «*ciclos de base*» (um, dois, etc.) que aproximadamente «*comportará*»;

b) A desarticulação dos elos e «*secções*» das relações de produção, dos fenómenos e tendências que, no momento da redacção do Programa, ou já se tinham transformado num «*mecanismo de travagem*» do desenvolvimento produtivo ou estavam em vias disso;

c) O desenvolvimento da concepção fundamental – **da base** – do Programa, exposição e descrição da **reconstrução da base** que seria necessário fazer para que as relações de produção recuperassem inteiramente, num certo espaço de tempo, o seu estatuto e a potência real de **principal motor das forças produtivas**;

d) Dado que, como é evidente, não se pode «*chegar*» à base sem ser através da superestrutura, a concepção da base deve ser formulada de forma suficientemente exacta, e devem ser apresentadas de forma satisfatória, em termos político-jurídicos, as alterações institucionais **democratizadoras**, as quais deveriam mostrar que o avanço exigido nas relações de produção foi determinado correctamente e que é levado à prática, que é «*canalizado*» com êxito, que tem uma expressão político-institucional e se fixa na nova camada histórica construtiva popular, da iniciativa do sujeito-personalidade; deste modo caracterizar-se-ia o diapasão do desenvolvimento iminente das **massas trabalhadoras, do «factor humano» como o elemento principal das forças produtivas**.

e) E só na conclusão se traçariam os parâmetros quantitativos e qualitativos do incremento da parte técnica-material das forças produtivas (a «*base técnica-material*»), que contamos atingir graças à acção das novas alavancas das relações de produção, do novo «*motor principal*», graças à libertação da nova vaga de iniciativa criativa-laboriosa do povo.

No entanto, podemos ver de forma convincente que todo este quadro marxista de busca e activação produtiva dos mecanismos essenciais e profundos do progresso económico e social foi, na realidade, virado de cabeça para baixo no Programa de 1961. **Precisamente por isso** (repito mais uma vez que no Programa de 1961 a necessária explicação marxista das molas internas e do próprio curso do desenvolvimento social está de «*cabeça para baixo*») – precisamente por isso, nada do que se apontava no referido Programa foi conseguido no nosso país. E isso não se deveu de todo ao facto de que os autores do Programa, alegadamente, estarem «*estancados*» nas ideias sobre o processo da formação comunista (ou outra qualquer) que eram características da época da construção do socialismo. Antes assim fosse! Os redactores do Programa viram «*do avesso*» essas visões correctas, sensatas e socialmente eficazes e fizeram recuar muito para trás do leninismo, para o bukharinismo, o pensamento teórico e a política concreta. Foi por isso que não surgiu nenhuma «*base técnica-material*» e, em vez de a geração de soviéticos dos anos 60 poder viver no comunismo nos anos 80, como foi «*solenemente proclamado*», encontrámo-nos pela primeira vez numa abstrusa «*sociedade socialista desenvolvida*», que há muito já estava no «*período de estagnação*».

«Em cada etapa histórica, o partido resolveu as tarefas formuladas cientificamente nos seus programas, guiando-se pela doutrina de Marx, Engels, Lénine.

«Ao aprovar o **primeiro Programa**, no II Congresso em 1903, o partido bolchevique chamou a classe operária, todos os trabalhadores da Rússia à luta pelo derrubamento da autocracia tsarista, depois, do regime burguês e pela instauração da ditadura do proletariado (...)

«O primeiro Programa do Partido foi cumprido.

«Ao aprovar o **segundo Programa** no VIII Congresso em 1919, o partido colocou como objectivo a construção da sociedade socialista (...) O povo soviético sob a direcção do Partido Comunista levou à prática o plano de construção do socialismo elaborado por Lénine. **O socialismo triunfou na União Soviética completa e definitivamente.**

«O segundo Programa do Partido foi igualmente cumprido.»<sup>11</sup>

Em relação ao terceiro Programa do Partido não se pode dizer o mesmo. Hoje, «corajosamente» (em rigor, descaradamente), lança-se toda a lama sobre a época dos anos 30 aos anos 50; no entanto, silencia-se cuidadosamente o facto evidente de que, nos últimos 30 anos da nossa história, a concretização do Programa do Partido fracassou, no essencial, em todas as suas linhas orientadoras.

Estaremos hoje certamente mais longe do comunismo do que estivemos na primeira metade dos anos 50. De ano para ano, o país atascou-se cada vez mais dolorosamente no pântano verdadeiramente «universal» da estagnação, a eficiência da economia caiu descontroladamente, as estruturas politico-organizativas foram sujeitas ao «assalto» massivo do egoísmo grupal de casta e da degenerescência, e com grandes efeitos: domínios inteiros da vida espiritual-cultural foram invadidos por uma espécie de torpor criativo, aumentou a arbitrariedade e a injustiça na evolução do nível de vida da população, na distribuição dos bens produzidos.

A revoltante falta de discernimento político-ideológico levou a que a perspectiva do comunismo se «dissipasse». As coisas chegaram a tal ponto que, como é sabido, num belo dia, a questão da construção da formação comunista foi praticamente «arquivada» e começou-se seriamente a apregoar a ideia de marasmo, de uma indefinidamente longa permanência num certo «período» obscuro «no qual se eliminam as insuficiências».

Deste modo, não existem em absoluto quaisquer fundamentos racionais para se declarar que, alegadamente, «o período decorrido após a aprovação do terceiro Programa do Partido confirmou a justeza das suas principais teses teóricas e políticas».<sup>12</sup> É indiscutível que a passagem do capitalismo para o socialismo é historicamente inevitável, que a crise geral do capitalismo se aprofunda, que as teses marxistas-leninistas sobre o papel decisivo da classe operária revolucionária e do seu partido de vanguarda na concretização das transformações socialistas e comunistas são perenes, etc.; no entanto, o Programa do Partido não é um manual escolar, que repete verdades cristalizadas pela sua repetição consecutiva; o Programa do Partido é um guia para a acção, um plano para alcançar determinados objectivos político-econó-

---

<sup>11</sup> Programa do Partido Comunista da União Soviética, ed. cit., 1962, pp. 4-5.

<sup>12</sup> Programa do Partido Comunista da União Soviética, Nova Redacção, Pravda, de 7 de Março de 1986, p. 3.

micos. Assim a justeza das directrizes contidas no Programa, o seu carácter construtivo, organizativo e mobilizador de reservas serão avaliados pelo alcance ou não dos objectivos traçados. Ninguém pode ficar satisfeito com um Programa que declarativamente reproduz estes ou aqueles rudimentos da doutrina clássica ainda vigentes, mas não os aplica na análise da situação histórica concreta; em resultado, palavras «*justas*» ficam a pairar inanimadas no éter, e toda a parte verdadeiramente «*operacional*» deste importantíssimo documento do partido é erigida com diferentes abordagens «*amadoras*», que não reflectem o curso real dos acontecimentos e são incapazes de garantir o êxito.

Com toda a evidência, não se devia declamar meramente sobre o tema da classe operária e da sua missão como «*principal força motriz*» da transformação revolucionária do mundo, mas olhar realmente na prática para as massas laboriosas como o **principal elemento das forças produtivas e sujeito** do processo histórico universal, o que pressuporia:

– Definir a natureza e conteúdo da «*reestruturação*» do modo de apropriação dos meios de produção que, na etapa actual, melhor responde às exigências subjectivas, sociais-criativas e necessidades das massas produtoras, e constitui a «*chave da base*» natural, que descerrará um novo degrau mais elevado do nosso desenvolvimento social-productivo:

– Delinear um conjunto de inovações progressistas **no sistema de direitos cívicos**, um conjunto de medidas que agisse de modo igualmente natural, superstrutural, com «*expressão*» política «*concentrada*», e como uma espécie de instrumento, um «*órgão operativo*», que desbravasse o caminho para o avanço amadurecido da base;

– Por fim, esboçar o previsível aperfeiçoamento, alargamento e incremento da componente técnica-material das forças produtivas que seria possível de esperar do processo de transição para a nova fase qualitativa do seu elemento **principal** (das forças produtivas), **o elemento humano**.

É precisamente esta interpretação da dinâmica socioeconómica – que parte antes de tudo da personalidade, da essência humana das forças produtivas, atribuindo a importância decisiva não ao progresso científico-técnico, fetichizado, endeusado, arrancado do contexto histórico, mas à energia libertada do factor humano pelas **novas formas sociais de relações de produção** – é precisamente esta interpretação que caracterizou no seu conjunto a fase de desenvolvimento da doutrina marxista-leninista, a qual ficará para sempre indissociavelmente ligada à grandiosa obra da criação no nosso país da primeira organização social socialista no planeta.

Em 1961 o que nos ofereceram (vou mais uma vez repetir) foi uma construção mecanicista, um nado morto, antecipadamente condenado ao fracasso, na qual, como se pressupunha, «*inicialmente*» se desenvolve uma técnica onnipotente, de forma espontânea, não condicionada socialmente, numa espécie de vácuo da base, «*depois*» adaptar-se-iam a ela, não se sabe de que modo, as relações de produção e tudo o resto, e só em terceiro lugar se «*educaria*», por autoproclamados «*educadores*», os trabalhadores: aqueles que na verdadeira filosofia social de Marx, não na sua vulgata, sustentam todo o edifício da formação socioeconómica, constituem o seu propulsor, o fermento vivificante e o «*caule*» histórico-objectivo do qual «*cresce*» a formação.

### 3.

Naturalmente que não posso fazer aqui uma resenha minimamente aprofundada da nossa literatura sociológica no período entre os anos 60 e 80. Mas, resumidamente, pode-se dizer que na nossa sociologia alargou-se de forma sistemática, incessante e devastadora, pelo seu carácter e consequências, uma ofensiva de pontos de vista mecanicistas, estatísticos, que se agruparam em torno da ideia da «*organização racional das forças produtivas*», ao arrepio da lei da correspondência, segundo a filosofia marxista. Para mais a visão marxista remeteu-se a uma posição visivelmente defensiva, perdendo por muito tempo a iniciativa ideológica. Os resultados e as manifestações actuais deste processo altamente adverso são, nos seus traços definidores, por enquanto, os que se seguem.

Antes de mais sofreu grande dano a própria concepção da lei da correspondência, enquanto contradição essencial de uma formação socioeconómica, princípio do seu desenvolvimento e, por conseguinte, esquema central explicativo da análise sociológica marxista. Instalou-se uma confusão total a respeito do que se deveria entender como principal contradição do modo de produção (isto é, qual a lei fundamental do seu desenvolvimento e da dinâmica da sua auto-expansão), questionou-se até a existência dessa contradição em geral e o facto de constituir a fonte do movimento próprio do todo socioeconómico. Admitiu-se que nas nossas condições o papel de causa impulsionadora do desenvolvimento se transferia da contradição dialéctica entre as forças produtivas e as relações de produção para a unidade social, etc. Se formalmente o debate era sobre a contradição, na maior parte dos casos associava-se à contradição o esquematismo da «*teoria do equilíbrio*», que nada tem em comum com a contradição: um lado, o factor dominante (por regra, a técnica), muda por si próprio, o outro (todo o aspecto social da economia) segue-o, ajustando-se, adaptando-se.

Lembro mais uma vez que não posso aqui recorrer a citações minimamente representativas; mas no relatório de um dos seminários metodológicos sobre esta problemática enumeram-se as formulações apresentadas (só neste seminário) sobre a contradição essencial do socialismo:

«*Entre a propriedade social dos meios de produção e as formas económicas da sua realização*»; «*entre a propriedade social e as relações monetário-mercantis*»; «*entre a igualdade formal e real dos membros da sociedade*»; «*entre a propriedade de todo o povo dos meios de produção e o modo local da sua utilização*»; «*entre a produção e o consumo*»; «*entre a propriedade social e o nível de desenvolvimento não correspondente das forças produtivas*»; «*entre o ser humano e a natureza*».<sup>13</sup>

Poderia continuar esta lista ao longo de várias páginas: «*Entre as necessidades em rápido crescimento das pessoas e o nível insuficiente da produção dos bens necessários*»; «*entre o desenvolvimento harmonioso da personalidade e as condições nas quais em que ele se processa*»; – e saberá deus que mais ainda...<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> I. Misliáeva, «*Problemas metodológicos da economia política do socialismo*», *Voprossi Ekonomiki*, 1986, n.º 1.

<sup>14</sup> Cf. *A Dialéctica do Desenvolvimento Social Contemporâneo*, Hauka, Moscovo, 1966, p. 75; G.P. Orlov, N.V. Popov, «*O desenvolvimento da filosofia marxista-leninista nos documentos do XXVI Congresso do PCUS*», *Filosofskie Nauki*, 1982, n.º 2, p. 167.

Terá sentido contestar que com tal dissonância em relação à própria formulação da lei fundamental do progresso da produção social, em qualquer fase da sua evolução histórica universal, incluindo no socialismo; com tal dissonância terá sentido contestar que esta questão, no actual momento, está conceptualmente «*perdida*» para o pensamento científico?

E temos de constatar que, no essencial, em toda a época pós-Stáline, a nossa ciência sociológica-filosófica e económica-política não tinha ela própria e, por conseguinte, não podia propor aos órgãos responsáveis pela elaboração de políticas concretas, nenhuma noção inteligível sobre a lei segundo a qual a nossa sociedade, de uma forma ou de outra, consciente ou espontaneamente, teve de objectivamente de se desenvolver durante todo este tempo. E não é difícil adivinhar que, enquanto «*oficialmente*» ninguém tinha ideias claras, conscientes, sobre a acção da referida lei, esta actuou espontaneamente: surgiu de forma descontrolada (e em grande parte foi artificialmente criado), cresceu e aprofundou-se, o conflito entre as relações de produção e os anseios histórico-criativos, «*subjectivos*», da principal força produtiva (neste campo a «*base técnica-material*» atrasou-se, degradou-se), o sistema de administração elitizou-se e degenerou-se aceleradamente, etc.

Nessa altura, os nossos sociólogos – na realidade os mesmos que hoje se queixam de que, alegadamente, não foram «*suficientemente ouvidos*», e de que foi o «*dogmatismo stalinista*» não extirpado que os impediu, durante 30 anos, de revelar os respectivos talentos em todo o seu deslumbrante esplendor – brindavam-nos com teorias de que supostamente, no quadro da organização socialista, «*a própria possibilidade da não correspondência*» da base às forças produtivas quase que «*se elimina*» automaticamente.<sup>15</sup>

Entretanto, neste quadro de confusão teórico-ideológica, não teria sido inútil recordar que nem para o próprio Stáline, nem para toda uma série de economistas soviéticos, que desenvolviam activamente o seu trabalho na época, se colocava sequer semelhante «*dilema*», como o de saber se o princípio da correspondência constitui ou «*não constitui*» a lei das alterações mais profundas, essenciais-qualitativas, no regime de produção. «*Na base do desenvolvimento da sociedade, na base da substituição de um sistema de relações de produção por outro (...) está a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção*», escreveu K.V. Ostrovítianov em 1939.<sup>16</sup>

«*A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção esteve sempre presente na concepção marxista do princípio propulsor do desenvolvimento social*», como se escreveu ainda antes, em 1929.<sup>17</sup>

Absolutamente inequívoco é também o balanço feito por Stáline da discussão de 1951-52 no que respeita à posição marxista sobre a questão da possibilidade da exacerbação periódica da principal contradição sociodialéctica nas condições de uma economia socializada: as contradições (entre as forças produtivas e a base) «*existem e continuarão a existir*».

---

<sup>15</sup> Cf. *A Teoria Marxista-Leninista do Processo Histórico*, Haúka, Moscovo, 1981, p. 298.

<sup>16</sup> K.V. Ostrovítianov, «*Sobre os principais tipos de relações de produção*», *Problemi Ekonomiki*, 1939, n.º 4, p. 160.

<sup>17</sup> S.A. Bessonov, «*Contra a esterilização do marxismo*», *Problemi Ekonomiki*, 1929, n.º 1, p. 132.

«Com uma política justa dos órgãos dirigentes, estas contradições não se tornarão antagónicas e não se chegará a um conflito entre as relações de produção e as forças produtivas da sociedade. O caso será diferente se seguirmos uma política errada, do tipo da que é recomendada pelo camarada Iarochenko. **Neste caso, o conflito será inevitável e as nossas relações de produção podem tornar-se num travão muito sério ao desenvolvimento contínuo das forças produtivas**».<sup>18</sup>

Pois bem, passados todos estes anos, a sagacidade de I.V. Stáline como teórico marxista confirma-se inteiramente: nós conduzimos uma política errada, «do tipo da que foi recomendada pelo camarada Iarochenko», e as nossas relações de produção transformaram-se num travão sério do desenvolvimento das forças produtivas, sendo que o conflito atingiu uma gravidade inadmissível de crise.

Este «*prognóstico*» social-filosófico marxista, inatacável e genial, genial porque previu a grande distância a situação deplorável em que nos encontramos hoje, foi feito, a afinal, precisamente por I.V. Stáline, e não pelos seus presunçosos e frenéticos «*demolidores*».

Não estamos no comunismo, nem no período em que «*se conclui a reconstrução de todo o conjunto de relações sociais segundo os princípios colectivos intrínsecos ao socialismo*».<sup>19</sup> Estamos na situação prevista há 35 anos de uma gravíssima crise sócio-estrutural, «*sociodialéctica*», provocada precisamente pela política míope, e nalguns aspectos simplesmente desastrosa, contra a qual então nos preveniram; no que respeita à «*reconstrução*», ela (como se tornou patente) não «*se conclui*», mas está ainda pela frente – mas enfim, em comparação com outras anedotas «*teóricas*», isso são minudências, detalhes.

O «*iarochenkovismo*» que, depois da saída de Stáline da arena política, se espalhou livremente por toda a parte no nosso país, sob diferentes designações, transformou a dialéctica em elaborações teórico-ideológicas que ressuscitaram o mecanicismo bucharinista e o técnico-determinismo, afastando algures para a «*periferia*» (como já analisámos e demonstrámos) a construção estruturante da explicação social marxista: a lei da correspondência, para além de ter destorcido a sua própria formulação até a tornar irreconhecível.

A prioridade estratégica na definição das perspectivas de desenvolvimento da nossa economia e da estrutura do Estado foi deslocada da figura do trabalhador, o produtor socialista de massas, para a «*técnica*», com a agravante de esta ser encarada, sob uma luz falsa, imaginária, como algo «*acima das pessoas*» e «*acima das classes*».

O «*novo mecanicismo*» dos anos 60-80 ignorou a mediação histórico-concreta da formação e, em última análise, das classes, em sentido suficientemente amplo, no progresso científico-técnico, e caiu sob a alçada da mitologia burguesa sobre a «*grande revolução científica-técnica*», «*mundial*» «*universal*», que alegadamente não conhece fronteiras entre formações, a qual apenas necessitaria de ser «*unida às*

---

<sup>18</sup> I. V. Stáline, *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*, (1952), <http://www.hist-socialismo.com/docs/ProblemasEconomicosSocialismo.pdf>, p. 41. (N. Ed.)

<sup>19</sup> Cf. L.I. Bréjnev, «*Sobre o projecto de Constituição (Lei Fundamental) da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas e os resultados do debate nacional*», *Pravda*, de 5 de Outubro de 1977, pág. 3.

*vantagens do sistema socialista de gestão económica» para nos encontrarmos no paraíso comunista.*

Aqui manifesta-se distintamente o mesmo ponto de vista presunçoso, ingénuo-tecnicista, sobre a resolução dos problemas da edificação do comunismo, que foi ridicularizado por I.V. Stáline a propósito das posições de L.D. Iarochenko.

Na realidade, a técnica industrial, sem excluir os seus sectores mais modernos e avançados, não é algo passivo, uma realidade acessível a todos que, mediante um preço adequado, se pode comprar, importar, «*unir*» – e imediatamente se obtém «*um estado qualitativo superior da sociedade*».

O industrialismo científico-técnico é um factor (ou um aspecto) «*incorporado*», orgânico, do desenvolvimento do modo de produção capitalista, estreitamente inter-laçado com o «*nervo*» estrutural da formação burguesa e determinado, em todos os sentidos, pela dinâmica das relações de produção capitalistas, de modo que só pessoas a quem é alheio e «*contra-indicado*» o próprio espírito da doutrina marxista podem sonhar em «*retirá-lo*» da lá por via de arranjos comerciais e «*uni-lo*» mecanicamente com realidades de base completamente diferentes.

O «*universalismo*» da (segunda) revolução (industrial) científica-técnica não está ligado ao seu carácter supostamente «*acima do homem*», mas com a difusão do regime explorador-burguês no globo terrestre. A resposta à pergunta «*irresistível*» (como julgam alguns mecanistas), a saber: por que razão «*uma mesma*» técnica é utilizada durante um longo espaço de tempo tanto pela sociedade capitalista e como pela socialista? – A resposta a essa pergunta é a de que, no complexo de inter-relações entre as relações de produção e as forças produtivas, identificado e discernido correctamente no plano teórico, primeiro muda o homem (o elemento subjectivo das forças produtivas), depois a base económica e em último lugar a técnica (a componente objectiva, material das forças produtivas).

Ora estamos agora precisamente numa zona de desenvolvimento em que o elemento material mais inerte das forças produtivas (em comparação com a classe revolucionária) ainda não se desprendeu inteiramente, digamos, das entranhas da formação precedente, e desse modo é exactamente a esfera técnica-material que constitui presentemente a zona histórica de «*sobreposição mútua*» dos dois modos de produção, comum, em elevado grau, ao socialismo e ao capitalismo.

Historicamente ainda não teve lugar o acontecimento que, pelo seu significado no nosso destino, no destino da civilização comunista, constituísse um análogo da primeira revolução industrial nas principais potências capitalistas (recordamos que as revoluções industriais com significado universal no passado realizaram-se apenas muitas décadas depois das grandes revoluções políticas). É isto que explica a «*tensão*» que se sente permanentemente na competição tecnológica com o Ocidente burguês. O tipo de desenvolvimento tecnológico que hoje domina no Ocidente, anti-ecológico e impiedosamente manipulativo em relação ao ser humano, não é adequado ao comunismo (incluindo à sua fase socialista).

«*Uni-lo*» mimeticamente às vantagens da organização social do socialismo é uma coisa tão impossível como de facto perigosa: sub-repticiamente, «*por instinto*», o nosso sistema rejeita-a, uma vez que não se pode tomar «*simplesmente*» de empréstimo a técnica; ela arrasta consigo uma «*cauda*» de condições político-jurídicas de base que asseguram o seu funcionamento, e dentro das quais a técnica, em cada uma das suas formas histórico-concretas, tem uma existência inseparável, como dentro

de um «*ventre*» vital. Naturalmente que não podemos «*adoptar*» essas condições do capitalismo.

Por isso o problema que está ante nós neste domínio pode-se definir em traços gerais (com alguns ajustes aos nossos dias) do seguinte modo:

– Criar (ou, para sermos mais rigorosos, fazer renascer) o conjunto premissas das **relações de produção de base** capazes de libertar o «*entusiasmo*» criativo do produtor comum, tornar a economia mais receptiva às inovações científico-técnicas e provocar um crescimento técnico estável no seu interior. Com efeito não temos falta de ideias científicas de engenharia e de invenções em si, a nossa desgraça actualmente são os obstáculos económicos invisíveis, puramente **estruturais**, com os quais a introdução de inovações técnicas esbarra à entrada das empresas industriais.

É preciso igualmente compreender com clareza a especificidade da situação histórica surgida: embora estejamos ainda nalguns aspectos atrasados em relação às principais «*ciudades*» do industrialismo mundial contemporâneo, toda esta imensa camada na história da técnica humana está, no seu conjunto, inapelável e irreversivelmente, obsoleta para a nossa formação socioeconómica; tornou-se caduca pelas suas características de «*apropriação do mundo*», pela estrutura de ligações entre os produtores e os meios de produção, pelo tipo de impactos do produtor na natureza, os quais são inevitáveis e orgânicos ao regime industrial de proprietários (isto é, ao regime capitalista), à sociedade cujo poderio produtivo se baseia no aparelho técnico mecânico, por mais «*fantásticas*» que sejam as suas modificações.

O industrialismo deve, indiscutível e incondicionalmente, ser assimilado pela economia socialista, mas isto deve ser um processo para o «*ultrapassar sem o alcançar*». Devemos ter a consciência o mais clara possível de que a técnica mecânica é historicamente concreta, transitória na sua essência, e se a encararmos não como passível de ser integrada, ou seja, como uma etapa a superar, mas como um certo ideal e modelo inatingíveis, então não só não atingiremos esse «*ideal*» como seremos levados, pela lógica da imitação estúpida, para o caminho de retorno da «*assimilação*» de todos os atributos da base do desenvolvimento industrial, por outras palavras, para o caminho da «*recapitalização*» do país.

Correndo o risco de entediar com repetições, sublinho mais uma vez: o «*estragema*» geral da construção do comunismo, e em geral de qualquer avanço minimamente racional e produtivo, depois de o socialismo estar construído no essencial, não está em criar uma «*base*» técnica auto-suficiente, da qual crescerão, dir-se-ia de forma espontânea, as relações de produção comunistas e o «*homem novo*», ignorando-se como e a partir do quê, mas em:

– Constituir o «*esqueleto*» social-estruturante da base futura para as forças produtivas, através do qual, primeiro, se consolidaria materialmente o novo estado qualitativo do seu elemento subjectivo dinamizador e «*autodesenvolvedor*» (as massas trabalhadoras), depois, se prepararia e organizaria «*a rampa de lançamento*» para a penetração no novo nível qualitativamente superior e o elemento técnico-material para a «*absorção*» total da fase industrialista, entrando-se na fronteira da técnica não mecânica (ou «*supermecânica*») do futuro comunista.

Todavia, em vez de tudo isto, depois de um longo enredo e confusão, o fórum magno do partido (por mais deplorável que seja) sancionou e aprovou, para um horizonte de quase 20 anos, o chamado «*objectivo de importância histórica*» de «*ligar*

*organicamente as realizações da revolução científica-técnica às vantagens do sistema económico socialista».*<sup>20</sup>

Os vossos conselheiros exigem eloquentemente «*chamar as coisas pelos seus nomes: à estupidez – estupidez, à incompetência – incompetência, ao stalinismo activo – stalinismo activo*».<sup>21</sup> Com a vossa permissão seguirei com todo o prazer esta proclamação, em geral, inteiramente sensata.

Efectivamente há muito que é tempo de chamar pelos nomes, sem eufemismos, a incompetência, a ignorância, etc., sejam quais forem os «*andares*» da hierarquia em que se revelem, com apenas um único reparo aos autores, inspiradores e divulgadores de semelhantes apelos: não devem atribuir a sua própria estupidez a I.V. Stáline.

Com efeito, se analisássemos o facto de nas páginas da nossa imprensa se difamar com tão «*vivas*» expressões a política económica que conduziu ao surgimento da sociedade socialista na URSS, e que coroou o seu nascimento, declarando-se toda a epopeia da edificação socialista no país dos soviets como «*uma massa espessa de iliteracia económica*»<sup>22</sup> – então verdadeiramente ficaria patente o que é a mais evidente e genuína estupidez e a ignorância.

Por isso (respirando de alívio por há muito ter tomado a decisão de nunca mais fingir que não é de uma estupidez que se trata, mas de uma «*concepção*» profunda), a respeito do atrás referido «*objectivo de importância histórica*», se o analisarmos com todo o rigor à luz dos critérios científicos marxistas, direi que a sua formulação é simplesmente obtusa. Isto porque propõe «*unir*» grosseiramente processos que decorrem em forças produtivas de uma formação com as relações de produção («*vantagens*»), encaradas como estáticas e inertes, de outra formação.

Ora, a teoria marxista da «*correspondência*» sociodialéctica não admite em absoluto que as relações de produção na nossa casa possam «*corresponder*» à dinâmica das forças produtivas alhures no estrangeiro. Se alguém entende a problemática da «*correspondência*» deste modo, então o caso é verdadeiramente grave, tanto no que toca à sua «*competência*», como a tudo o resto.

O marxismo ensina que, na lei da «*correspondência*», as forças produtivas e as relações da base constituem duas partes dialécticas indissociáveis **do mesmo** sistema de produção social.<sup>23</sup> A forma inteligente de utilizar estas categorias, promissora de alguns resultados positivos, é investigar a sua interacção exclusivamente no interior de um dado todo económico: procurar no seu interior o «*odómetro*» do atraso das relações de produção face às forças produtivas, localizar o «*mecanismo de travagem*» e apontar medidas para «*debloquear*» as tendências refreadoras, sair da zona de travagem para o canal produtivo, operacional, do novo ciclo da base.

A fórmula de «*unir a revolução científica-técnica às vantagens do socialismo*» não constitui nenhuma «*leitura moderna*» da lei da correspondência (como durante muito tempo se procurou fazer crer). Nem Stáline nem nenhum dos «*stalinistas*» (isto é,

---

<sup>20</sup> L.I. Bréjnev, «*Relatório do Comité Central ao XXIV Congresso do PCUS*», *Izvéstia*, de 31 de Março de 1971, p. 6.

<sup>21</sup> N. Chmiólov, «*Pagamentos antecipados e dívidas*», *Novi Mir*, 1987, n.º 6, p. 147.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, p. 144.

<sup>23</sup> Ver pelo menos *Problemas Económicos do Socialismo na URSS* (1952), <http://www.hist-socialismo.com/docs/ProblemasEconomicosSocialismo.pdf>, pp. 37-38. (N. Ed.)

marxistas-leninistas consequentes) nunca propuseram, e não podiam propor, «orientações» semelhantes, porquanto qualquer partidário, esclarecido e competente, dos pontos de vista de Marx e Lénine sabe que a base económica da nova formação em construção deve «corresponder» não ao equipamento industrial importado de países além-mares, mas à lógica do seu desenvolvimento próprio, aos interesses e necessidades históricas da sua própria classe hegemónica, das «suas próprias» massas populares. Isto também se aplica integralmente à variante do famigerado slogan «unificador», que foi pronunciado por Bréjnev no XXV Congresso do PCUS: «Só na base do desenvolvimento acelerado da ciência e da técnica poderão ser resolvidos os objectivos últimos da revolução social: a construção da sociedade comunista.»<sup>24</sup>

Todas estas declarações omitem irremediavelmente o «nervo» vivificante, crucial, da dinâmica socioeconómica: o autodesenvolvimento da classe que «superintende» (segundo a genial expressão de Lénine) um determinado regime económico. Ao esgotar um determinado estágio da sua progressão histórica, a classe muda «dentro de si», sem esperar por quaisquer «educadores» (o que obstinadamente não se quer compreender no nosso país); surgem – ou transformam-se na forma requerida – os órgãos adequados ao momento da sua autoconsciência e mobilização político-ideológica; quebra-se a «concha» apertada da base, que deixou de servir, e estabelece-se um novo tipo de apropriação dos meios de produção, mais ou menos fundamentalmente transformado. Nesta base, a classe liderante (juntamente com os seus aliados sociais) começa a realizar, a materializar, o potencial oculto da nova etapa do seu desenvolvimento, incluindo também o potencial técnico, e alcança o nível de bem-estar possível nessa etapa. **Sem uma base poderosa e uma «preparação» política-organizativa, a técnica não se desenvolve;** planificar a resolução de objectivos socioeconómicos e sociopolíticos «com base» num parque técnico que não se sabe de onde virá (ou de forma ainda mais prosaica, importado do estrangeiro) – é o mesmo que colocar o carro à frente dos bois e condenar antecipadamente todo o empreendimento ao fracasso. Do que, aliás, somos testemunhas ao longo de mais de década e meia de acção, ou mais exactamente de inacção, da orientação «estratégica» analisada. E ainda deveríamos manifestar a mais calorosa gratidão ao senador Henry Jackson,<sup>25</sup> que oportunamente nos vedou o acesso ao ambicionado estatuto de «país mais favorecido» no comércio com os EUA, de outro modo, hoje, a somar a tudo o resto, estaríamos com a corda na garganta no que respeita ao endividamento externo, tal como estão os húngaros ou os polacos.

Por mais lastimável que seja, camarada secretário-geral, a verdade é que não é grande a parte que vos cabe na evolução das grandes concepções filosófico-ideológicas, que temos vindo a seguir, sobre a essência e as perspectivas do desenvolvimento do regime socialista, ao longo de cerca de 35 anos. Em todo o caso não há qualquer

---

<sup>24</sup> XXV Congresso do PCUS, «Relatório do CC do PCUS e as tarefas imediatas do partido nos domínios da política interna e externa». Relatório de L.I. Bréjnev, *Pravda*, de 25 de Fevereiro de 1976, p. 5.

<sup>25</sup> Henry Martin «Scoop» Jackson (1912-1983), congressista e senador norte-americano desde 1941 até à sua morte. Candidatou-se à presidência pelo Partido Democrático em 1972 e 1976. Mais tarde apoia Ronald Reagan e integra a sua administração em 1981. É apontado como um político influente na concepção da política externa dos EUA. (N. Ed.)

fundamento sério para se falar em quaisquer «*avanços importantes na frente teórica*».<sup>26</sup> De facto, no Plenário de Janeiro de 1987 do CC do PCUS solidarizastes-vos inteiramente com a fórmula lançada por Bréjnev, de cuja nulidade teórico-ideológica já se disse atrás o suficiente, sendo que a própria realidade, o estado real das coisas no que toca a essas «*uniões*», demonstrou totalmente a sua esterilidade. («*A ideia principal da nossa estratégia é unir as realizações da revolução científica-técnica com a economia planificada*»).<sup>27</sup>

Não se percebe que uma tese caída em descrédito pela sua inoperância durante 15 anos seja agora colocada na qualidade de «*ideia principal*» da estratégia do futuro. (propondo-se ainda que saudemos isso como um «*avanço na frente teórica*»). Em nome de quê? Em que fundamento vos baseais para esperar que os resultados da aplicação futura da referida tese irão de algum modo diferenciar-se dos que foram obtidos com Bréjnev?

Vós também fostes presidente da comissão encarregada da nova redacção do Programa do PCUS na fase final dos seus trabalhos (nas vésperas do XXVII Congresso). E também aqui, mais uma vez não ocorreram «*avanços*» conceptuais. O Programa do Partido, na sua redacção de 1986, reproduziu a mesma abordagem irrealista e refutada pela prática que estava no documento adoptado pelo XXII Congresso do PCUS, não reflectindo as leis profundas do desenvolvimento interno da formação: «*A base técnica-material*»; o «*aperfeiçoamento*» das relações sociais; a «*educação do homem*».

Já explicámos em pormenor que, para progredirmos verdadeiramente, a ordem tem de ser a inversa; não é da técnica para as pessoas, como sujeitos passivos «*educáveis*», mas **das pessoas laboriosas, como sujeito e «primeira fonte» material do progresso social-histórico**, para a alteração, nos seus interesses, das formas de apropriação dos meios de produção (mediante o papel renovado da superestrutura) e para o incremento (na nova carcaça da base) do corpo técnico-material, físico, da fase seguinte do autodesenvolvimento natural histórico da nossa civilização.

No que respeita à «*concepção do aceleração do desenvolvimento socioeconómico do país com base no progresso científico-técnico*»,<sup>28</sup> cabe dizer, em primeiro lugar, como muitas vezes já foi repetido, que o desenvolvimento socioeconómico não se aperfeiçoa «*na base do progresso científico-técnico*», mas ao contrário: o progresso científico-técnico extrai o seu impulso inicial, de «*ignição*», nas transformações das relações de produção (socioeconómicas), antecipadamente previstas e oportunamente concretizadas. Em segundo lugar, a referência à necessidade de superar o abrandamento do ritmo do crescimento económico, há muito instalado «*aos olhos de todos*», não é propriamente uma «*concepção*», mas a constatação de um facto; uma **concepção** digna desse nome teria de indicar (utilizando a vossa peculiar terminologia) como substituir o «*mecanismo de travagem*» por um «*mecanismo de aceleração*», o que não fazeis, tal como não o fizeram os três vossos antecessores.

---

<sup>26</sup> Cf. O. Ojereliev, «*Relações de produção e administração económica*», Pravda, de 10 de Julho de 1987, p. 2.

<sup>27</sup> M.S. Gorbatchov, «*Sobre a reorganização da política de quadros do partido*», Pravda, de 28 de Janeiro de 1987, p.2.

<sup>28</sup> M.S. Gorbatchov, «*A questão fundamental da política económica do partido*», Pravda, de 12 de Junho de 1985, p.1.

Resta-nos fazer uma breve conclusão de tudo o que atrás foi dito, a qual se resume ao seguinte.

Pendurar todas as nossas desgraças, a começar pela estonteante «*desolação*» conceptual-ideológica, no «*dogmatismo*» da ciência marxista-leninista, alegadamente inteiramente herdado de I.V. Stáline, ou é uma interpretação inaceitavelmente primitiva e superficial, simplesmente frívola pelo seu nível teórico, ou é uma deturpação consciente, se bem que grosseira e malévola, da verdade histórica. Tanto num como noutro caso estamos perante uma situação extremamente alarmante, reveladora da inexistência de uma plataforma teórico-filosófica sensata e objectivamente fundamentada, para firme prossecução de uma linha práctico-política. Já antigamente se dizia que quando as pessoas constroem na areia, quanto mais constroem, maior é a derrocada.

E por isso urge pôr fim da forma mais decidida à «*construção*» teórico-ideológica nas areias movediças das insinuações anti-stalinistas (que, em última análise, como inevitavelmente acontecerá, são anti-socialistas).

Se analisarmos o último grande confronto, pela sua tensão latente, da era «*stalinista*», entre concepções marxistas e de renegados de direita sobre as vias de desenvolvimento do socialismo no nosso país (referimo-nos à discussão sobre Economia do princípio dos anos 50), então só um cego (ou alguém que deliberadamente mantenha os olhos fechados) pode «*não ver*» que praticamente todas as teses então formuladas por I.V. Stáline foram rapidamente, por vezes ostensivamente, «*atiradas borda fora*», após a sua morte. E o que em primeiro lugar «*voou borda fora*» – durante três décadas! – foi precisamente a lei da correspondência, o princípio fundamental e imutável da análise marxista e da antecipação científica marxista de futuras peripécias da história económica e política.<sup>29</sup>

Logo a seguir à lei da correspondência «*caiu*» borda fora todo o panorama marxista científico do funcionamento, etapa por etapa, das «*molas*» sociodialécticas no interior da formação: a inevitabilidade da passagem da contradição essencial da fase de «*liderança*» para a fase de «*travão*»; a problemática da perspectiva de obsolescência das relações de produção e o perigo de entrarem em conflito agudo com as forças produtivas, caso a travagem não seja identificada a tempo; a necessidade de ter «*à mão*», igualmente em tempo útil, uma teoria para a saída do organismo social dessa «*depressão*» refreadora, na qual tem necessariamente de cair, mas onde não se pode permitir que fique «*atascado*», uma vez que nessa situação, a manter-se o atraso nas transformações institucionais reguladas, o organismo social «*arroja-se*»

---

<sup>29</sup> Eis uma afirmação ingénua-sintomática de T.I. Oizerman, um dos vossos conhecidos sociólogos: «*Os poucos representantes da ciência filosófica soviética que, apesar de tudo, ousaram colocar questões críticas, por exemplo, sobre as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção na nossa sociedade, não tiveram apoio dos seus colegas e normalmente foram estigmatizados como defensores de pontos de vista erróneos*». (*Voprossi Filossófi*, 1987, n.º 7, p. 104.)

Tereis vós, Mikhail Sergueiévitch Gorbatchov, lido pessoalmente uma só página dos trabalhos da I.V. Stáline? Ou tudo isso foi dado de empreitada a Chmelióv? Gostaria de vos perguntar se teria sido possível, durante a «*época de Stáline*», que cientistas que «*ousassem*» utilizar, repito mais uma vez, **a principal construção explicativa-predictiva da investigação sociológica marxista**, a qual o próprio Stáline recorria a cada passo e da qual fez a «*apologia*» na sua última intervenção teórica; poderiam tais cientistas, em sua vida, encontrar-se isolados e tratados como «*defensores de pontos de vista erróneos*»?

numa arrancada espontânea e destruidora. Mas se tudo o que acabamos de referir já ocorreu no essencial (à excepção unicamente de uma saída social caótica da zona de crise, se bem que, ao que parece, não estejamos longe de tal acontecer); se tudo o que acabamos de referir efectivamente já nos aconteceu, será que foi por nos recordarmos demasiado bem de todas estas coisas e estaremos presos à ideologia da «*correspondência*»? Não será mais condizente com o elementar bom senso reconhecer honestamente que não foi por nos recordarmos «*demasiado bem*», não foi por quase as venerarmos, mas precisamente porque durante 30 anos não as tivemos absolutamente em conta?

Hoje lamentais-vos de que não se prestou atenção suficiente à «*dialéctica das forças motrizes e das contradições*» do nosso modo de produção, se «*subestimou*» (falando com benevolência) as questões da interacção e do condicionamento recíproco dos elementos contrários sociodialécticos,<sup>30</sup> e se estudaram mal os problemas da propriedade e das relações monetário-mercantis.

Mas o que isso tem a ver com I.V. Stáline e o «*stalinismo*»? A subestimação das leis económicas, a sua consideração como «*consequências*» secundárias dos «*avanços científicos-técnicos na base material-produtiva da sociedade*»,<sup>31</sup> não é uma decorrência da teoria de Marx-Engels-Lénine-Stáline, mas sim do conceito kautskiano-bukharinista de «*organização racional das forças produtivas*», erigido como argumento por L.D. Iarochenko na discussão de 1951-52 e depois novamente adoptado pelos bukharinistas na nossa sociologia.

É revelador que I.V. Stáline tenha censurado Iarochenko exactamente pela ausência de o mínimo de interesse pela análise das formas de propriedade, da circulação mercantil, da lei do valor, etc.

«*Formou-se uma ideia fossilizada das relações socialistas de produção*».<sup>32</sup> Na realidade durante mais de um quarto de século não existiu no nosso país qualquer «*ideia*» inteligível de relações de produção; foram sim empreendidos incessantes ataques contra a própria definição marxista de Economia Política, como ciência sobre as relações de produção de uma dada formação, o seu surgimento, desenvolvimento e declínio. Poderia Stáline admitir que nas páginas da revista *Kommunist* se apregoasse que o conteúdo principal da Economia Política são as «*leis gerais do desenvolvimento da técnica*», «*as tendências técnicas do desenvolvimento das forças produtivas*»?<sup>33</sup> Estas são formulações puramente bukharinistas!

Com a mesma certeza podemos afirmar que nunca I.V. Stáline, como ideólogo e dirigente político, poderia sancionar coisas como intitular um documento crucial de planificação estratégica de «*Programa integrado do progresso científico-técnico e dos seus efeitos sociais e económicos*». (Note-se que na «*elaboração*» deste programa foram gastos recursos do Estado impressionantes, sem quaisquer resultados, não falando já da confusão e desorientação que gerou a cada passo). Isto não é «*stalinismo*», mas cem por cento bukharinismo.

---

<sup>30</sup> *Pravda*, de 28 de Janeiro de 1987, p.1.

<sup>31</sup> Cf. G. Anissimov, «*Sobre o objecto da Economia Política*», *Kommunist*, 1966, n.º 18, p. 94.

<sup>32</sup> *Pravda*, de 28 de Janeiro de 1987, p.1.

<sup>33</sup> Cf. G. Anissimov, «*Sobre o objecto da Economia Política*», *Kommunist*, 1966, n.º 18, p. 94.

Da mesma forma, I.V. Stáline não poderia sancionar afirmações de que, supostamente, o método da ciência da Economia Política marxista teria passado a ser a matemática e não o materialismo dialéctico; como se para além das relações de base económicas de classe, como forma social de existência e desenvolvimento das forças produtivas, estas (as forças produtivas) tivessem ainda uma forma «*tecnológica*» específica, colocada acima da forma social de classes, e condicionando esta última, sendo idêntica para nós e para o mundo do capital e da exploração (esta é a teoria do chamado modo de produção «*tecnológico*» ou «*técnico-material*», que prevaleceu no nosso país nos anos 70 e início dos anos 80).

Mas, mais uma vez, isto nada tem a ver com «*stalinismo*», trata-se sim de uma abordagem tipicamente bogdanovista-bukharinista, a partir do ponto de vista pequeno-burguês degenerado do «*companheiro de viagem*» da revolução proletária, que não está minimamente interessado nessa coisa da «*construção do comunismo*», e concentra todos os seus secretos anseios em que o nosso sistema, «*tanto quanto possível*», caminhe em sentido inverso: no sentido de se tornar «*indistinguível*» do regime capitalista, de se «*fundir*» e se «*nivelar*» em convergência com ele.

Não foram os «*stalinistas*», como bem sabemos pela nossa história, mas precisamente os oportunistas de direita que depositaram as suas esperanças nas insuperáveis «*leis do desenvolvimento da técnica social*», as quais, supostamente, em última análise, nos «*coagiriam*» a transformar-nos num «*país democrático normal*», em nada diferente dos nossos vizinhos exploradores do Ocidente.

Poderíamos continuar sem dificuldade até ao infinito esta lista aqui apenas «*entrebata*». É pois absolutamente inimaginável que I.V. Stáline apoiasse minimamente ou mesmo que «*olhasse através dos dedos*» para «*interpretações*» jesuítas do objecto e essência da filosofia marxista-leninista, como as que foram firmemente implantadas na nossa sociologia e na literatura política de grande difusão pelo académico B.M. Kédrov, segundo o qual a filosofia marxista deveria ser interpretada não já como a **unidade do materialismo dialéctico e histórico**, mas como a «*unidade da dialéctica, da lógica e da teoria do conhecimento*», unicamente como materialismo dialéctico «*puro*».

Todos estes artifícios, municiados com «*citações*» desonestas e casuísticas de V.I. Lénine, e no meio do estardalhaço em torno de uma «*sociologia marxista-leninista*» inventada, levaram a que da doutrina filosófica que nos foi legada, «*forjada de um único pedaço de aço*», fosse «*banido*» de facto (mais uma vez inteiramente à maneira bukharinista) o **materialismo histórico**, que constitui efectivamente a expressão concentrada da «*apoteose*» social-filosófica da concepção marxista, sem o qual a sua riqueza teórica perde sentido, dispersa-se, e não pode ser colocada ao serviço dos interesses de classe do proletariado.

Por conseguinte, aqueles que estão muito ansiosos (e esses, infelizmente, são muitos) podem no próximo ano comemorar de consciência tranquila, como se costuma dizer, o centenário de Bukhárine: durante quase 35 anos dos 70 de existência da sociedade socialista no nosso país, guiámo-nos na realidade inteiramente pelas suas «*ideias*», não pelas previsões de Marx e V.I. Lénine, quanto mais pelo «*stalinismo*». É precisamente o bukharinismo – o conjunto de vulgarizações e deturpações de direita da doutrina comunista – infiltrado sob uma camuflagem grosseira nas nossas ciências sociais e na esfera teórico-ideológica, e daí alastrando ao pensamento político prático, durante o período em que estiveram nos mais altos postos do partido e

do Estado N.S. Khruchov, L.I. Bréjnev/A.N. Kossíguine, que constitui o núcleo superstrutural do tal «*mecanismo de travagem*», que actua na economia e em toda a vida social do país desde o final dos anos 50.

A absurdidade e ausência de fundamento das afirmações de que caímos num período de estagnação sem precedentes, longo e difícil, alegadamente, porque «*crystalizamos no stalinismo*»; a absurdidade de semelhantes afirmações é irrefutavelmente demonstrada por uma análise científica, correcta e objectiva; e isto é evidente «*à vista desarmada*» para qualquer um que queira olhar com olhos de ver.

Nos últimos anos de governação de I.V. Stáline, as taxas de crescimento do rendimento nacional atingiram 12-13 por cento. Uma década depois, Khruchov «*chegaria ao fim*» com taxas de crescimento a caírem quase até ao zero (abaixo dos dois por cento). Entre 1957 e 1959 operou-se uma viragem «*histórica*», sem exagero, na dinâmica do retorno dos investimentos, que começou a cair (e continua a cair há já 30 anos), quando até aí tinha sistematicamente crescido; ou seja, é uma constatação científica indiscutível que a nossa economia **de intensiva** se transformou **em extensiva** (e não na ordem inversa!).

«*Há 30 anos foi empreendida uma tentativa para superar a estagnação*», insistem os palradores «*amantes da verdade*», cuja noção de verdade e deturpação é imperscrutável para a normal razão humana.<sup>34</sup> Mas qual superação da estagnação? Depois de taxas de crescimento de 12 por cento, fizeram cair a economia para «*zero*» duas vezes nesse espaço de tempo (no início dos anos 60 e na primeira metade dos anos 80). «*Viraram do avesso*» toda a dinâmica social-produtiva, e não há maneira de garantir o abastecimento permanente de víveres à população, com carne e batatas.

É por demais evidente que não é o «*stalinismo*» que precisa de ser «*superado*», mas o snobismo bukharinista irresponsável, que, durante um período intoleravelmente longo, desviou do caminho justo o processo revolucionário no principal país do campo socialista, sem qualquer fundamento científico-construtivo ou base real progressista de classe.

Desde há muito que sabe perfeitamente que o «*stalinismo*» é a designação codificada, digamos, da «*sovietologia*», para o sistema de ideias marxistas-leninistas, com o qual o nosso inimigo de classe especula, procurando levantar nas massas, nos círculos intelectuais, na juventude, etc., uma onda de hostilidade pequeno-burguesa e até de ódio provocado em relação ao marxismo, à doutrina proletária comunista em si e à prática social socialista. Foi segundo este esquema dogmático primitivo que foram montados os «*cenários*» dos excessos subversivos mais graves nos países socialistas no período do pós-guerra: Hungria, Checoslováquia, Polónia.

É absolutamente impossível compreender por que razão se deve hoje considerar como «*a continuação da causa de Outubro*» aquilo, contra o qual, em 1968, enviámos tropas para um país irmão? A causa de Outubro **não pode** ser continuada, derramando falsidades caluniosas repugnantes sobre o nome de um revolucionário e comunista, sob cuja direcção, segundo os «*esboços*» dos maiores reformadores sociais do mundo, foi criado pela primeira vez na história da humanidade um regime genuinamente anti-explorador de operários e camponeses.

Na época de Bréjnev, o termo «*stalinismo*» – desenterrado, sublinho mais uma vez, dos «*arsenais*» musgosos da sovietologia – não era utilizado no nosso país,

---

<sup>34</sup> Cf. Vladímir Dudintsev, «*Ir à luta pela verdade*», *Trud*, de 5 de Agostos de 1987, p. 4

donde se pode facilmente concluir que L. I. Bréjnev (como muitos sagazmente previram) não só não foi um dirigente assim tão desesperadamente mau, como afinal poderia ter sido muito pior.

A este propósito, parece-me (e penso que não só a mim de longe) que seria oportuno e seguramente justificado que acedêsseis ao pedido de explicar publicamente a Vossa opinião pessoal sobre as declarações dos meios de informação burgueses no sentido de que há três coisas na União Soviética que «*não convêm*» ao Ocidente: o marxismo, o leninismo e o stalinismo; que Gorbatchov «*acabou*» com o stalinismo; que no Plenário de Junho assestou um golpe apreciável contra a teoria económica marxista e há a esperança de que, mais cedo ou mais tarde, golpeará o leninismo; que a atractividade da Vossa política para os observadores capitalistas (do que Vós tanto vos orgulhais) se baseia, essencialmente, no facto ela permitir antever o «*destronamento*» das conquistas da Grande Revolução Socialista de Outubro (e apenas nisso vêem a «*continuidade*», o «*paralelo*», etc., entre a «*perestroika e Outubro*»);<sup>35</sup> e que a Vossa permanência «*no poder*» depende unicamente de conseguirdes impedir a revelação e o desmascaramento do carácter anti-socialista das mudanças por Vós preconizadas.

Vós mesmo recentemente demonstrastes que é preciso ouvir todos, incluindo a classe adversária, uma vez que ninguém como ela coloca as questões de forma tão profunda e acutilante, conhece tão minuciosamente as nossas posições e procura tão obstinadamente os nossos pontos fracos.<sup>36</sup>

Pois nós ouvimos o adversário de classe, e o problema é que ele encontra «*fraquezas*» na Vossa posição (falando delicadamente) de uma forma mais precisa, fundamentada e convincente do que «*ideólogos*» recém-aparecidos, do tipo de A.N. Iákovlev, as conseguem mascarar. E essas «*fraquezas*» são tais que, no actual momento do nosso desenvolvimento político e económico, o partido e o povo não podem deixar de travar objectivamente um debate aberto e directo, chamando pelos próprios nomes, de uma forma resoluta e isenta, tudo o que está a acontecer.

Por vezes, segundo afirmastes, pedem-vos para referirdes «*pelo menos alguns nomes*» daqueles que se opõem categoricamente ao vosso entendimento das transformações verdadeiramente radicais que inevitavelmente terão de ser feitas na sociedade soviética actual.<sup>37</sup>

Não me oporei a que, da próxima vez em circunstâncias análogas, possais referir o meu nome; unicamente, por uma questão de justiça, dever-me-á ser dada a mais ínfima parte que seja das possibilidades para expor publicamente a sua argumentação, que hoje têm pessoas como A.G. Aganbeguian, L.I. Abálkine, P.N. Fedosséiev ou G.L. Smirnov.

---

<sup>35</sup> Cf. V. Korionov, «*Perestroika e o Ocidente*», *Pravda*, de 4 de Junho de 1987, p. 4. «(...) Uma das principais revistas dos EUA faz um paralelo entre Outubro de 1917 e a actual perestroika. Cresce a opinião de que há uma relação indissociável entre o maior acontecimento do século XX e os dias de hoje».

O camarada Korionov deveria, com honestidade, dizer as coisas até ao fim. Em que sentido as revistas americanas e outras fazem todos estes «*paralelos*»?

<sup>36</sup> «*Aprofundar a perestroika com acções práticas*», *Pravda*, de 15 de Junho de 1987, p. 1.

<sup>37</sup> Cf. «*A juventude é a força criativa da renovação revolucionária, intervenção de M.S. Gorbatchov no XX Congresso do Komsomol*», *Pravda*, de 17 de Abril de 1987, p. 1.

Até agora, os trabalhos sobre esta temática que enviei a um número considerável de endereços (*Pravda, Izvéstia, Kommunist, Voprossi Ekonomiki*, à Secção de Ciências Sociais do *Presidium* da Academia de Ciências da URSS, ao Departamento de Economia e ao Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS, ao *Gosplan* da URSS, e outros), por todo o lado, com raras excepções longe de corresponderem à gravidade dos acontecimentos, tenho-me deparado com a mesma discriminação, com a mesma resistência surda de «*betão armado*», com que, ainda há não muito tempo, se deparava qualquer ponto de vista «*não oficial*».

No entanto, nas ciências do ciclo social a ausência de uma contra-argumentação contraditória equivale a um resultado negativo dos testes na investigação em ciências naturais ou nos procedimentos de engenharia técnica. Quando se testa um equipamento técnico, em que eventuais deficiências no projecto ou na construção possam provocar avarias com consequências perigosas durante a sua utilização, um só resultado negativo entre centenas de testes bem-sucedidos é suficiente para se proceder imediatamente à verificação minuciosa de todos os cálculos e parâmetros, e ninguém considera essa exigência «*excessiva*». Pelo contrário, a ocultação do facto de que o equipamento projectado falha clara e indubitavelmente, em determinadas condições reproduzíveis, configura um verdadeiro crime.

Por que razão na economia e na avaliação social-filosófica da situação do Estado e suas perspectivas, os Vossos conselheiros «*passam no sinal vermelho*» obstinadamente, silenciando a existência de objecções, será que «*não estão à altura*» da argumentação? Por que razão A.G. Aganbeguian, L.I. Abálkine ou G.L. Smirnov fingem desconhecer opositores cujos argumentos não pudessem rebater?

Considero totalmente inaceitável, grosseiramente errónea (se não simplesmente aventureira) a «*linha*», que durante algum tempo se limitou a insinuações, e que agora é seguida, já sem cerimónias, no sentido da revisão totalmente infundamentada dos resultados da construção do socialismo no período entre os anos 30 e os anos 50:

– A tentativa de demonstrar que alegadamente construímos algo que não era bem o «*socialismo*», que alegadamente não corresponderia às «*características essenciais*» desse regime;

– que a concretização dos princípios constituintes do socialismo é ainda uma tarefa para o futuro;

– que o desenvolvimento do pensamento comunista, após a morte de Lénine, não passou pela maioria então existente no CC do PCU(b), a qual levou a cabo com firmeza a política da industrialização, colectivização e de transformação cultural e formação de quadros do país, a política de edificação de sólidos pilares legislativos do Estado socialista, a política de preparação para a batalha decisiva com a besta fascista que nos conduziu à vitória; mas que esse desenvolvimento do pensamento comunista teria passado pelas figuras da oposição trotskista de direita, as quais alegadamente se tornaram «*vítimas inocentes do terror stalinista*».

Tudo isto, que aliás há muito se tornou enfadonho, são encomendas da soviétologia, muitas vezes, no passado, analisadas em detalhe e criticadas na nossa imprensa. Não admira que Vos mostreis tão zeloso a recomendar que escutemos o adversário de classe; na verdade, não tendes hoje no mundo melhores e mais «*interessados*» amigos do que os adversários de classe.

Como foi possível que, em dois anos, a esfera ideológica da mais prestigiada potência marxista chegasse ao ponto de, sob pomposas designações como «ruptura na frente conceptual» ou «novo pensamento», besuntar páginas das publicações do partido com detritos estafados da «sovietologia»? Que o socialismo no nosso país não foi construído «segundo Lênine», que o autêntico «continuador da obra de Lênine» foi Bukhárine e não Stáline; as bagatelas néscias e cientificamente nulas sobre a «economia de comando», os «métodos de comando-administrativo na gestão dos processos económico-sociais», a «super-industrialização»; que, alegadamente, V.I. Lênine «recusou» as cooperativas de produção do campesinato, que «nunca disse uma só palavra sobre os kolkhozes»;<sup>38</sup> e que supostamente Stáline «ontologizou» e «politizou» a filosofia marxista, procurando na nova situação histórica concreta manter o seu estatuto de mundividência da classe operária revolucionária, quando deveria tê-la remetido para os gabinetes dos professores, regressando à epistemologia escolástica do *machismo*,<sup>39</sup> a qual convém indistintamente a todas as classes em geral e a nenhuma em particular (pela primeira vez ouvimos isto não de Bóvine, graças a deus, mas de Burlatski). Parlam sobre o «novo pensamento», mas arrastam o país, levantando uma nuvem de naftalina, para debates com mais de meio século, como se a história não tivesse decidido irrevogavelmente esses debates!

É preciso pôr fim, segundo a minha firme convicção, às buscas inconsistentes e nocivas, entre as velharias do oportunismo de direita e da sovietologia, de ditas «variantes alternativas ao socialismo», que atrasam artificialmente a saída da situação criada de «travagem».<sup>40</sup>

O «modelo» de estruturação socioeconómica socialista, cujas «medidas» foram determinadas no nosso país no início dos anos 50, estava correcto e inteiramente conforme, como o partido sempre reconheceu, precisamente ao plano leninista de construção da primeira fase da formação comunista. A «variante» leninista-stalinista do socialismo que tomou forma real exigia, naturalmente, o ulterior aperfeiçoamento e desenvolvimento. Mas a essência da questão está em que essa «variante», quase que por si própria, propôs, «sugeri», esse desenvolvimento, sondando de muito perto estruturas sociais decisivas, extremamente interessantes e auspiciosas, que, se fossem «trabalhadas» conscienciosa e competentemente segundo o marxismo, poderiam neste tempo transcorrido (praticamente em vão perdido) aproximar-nos realmente do comunismo, a uma distância que nos permitiria falar efectivamente do seu início.

N.S. Khruchov não nos enganou simplesmente. Em certo sentido, ele calculou com justeza a «distância» histórico-social que faltava percorrer, mas ignorou que essa distância estava «programada» de acordo com determinados métodos e premissas primordiais da construção política e económica, os quais não deveriam ter sido voluntariamente quebrados.

Todavia, em resultado da reactivação dos elementos de direita e oportunistas (os quais, como eloquentemente demonstraram os debates preparatórios do XIX Congresso do partido, apenas esperavam a «sua hora» para passar energicamente à

---

<sup>38</sup> Cf. A. Bóvine, «A perestroika e o destino do socialismo», *Izvéstia*, de 10 de Junho de 1987, p.6; F. Burlatski, «Testamento político», *Literaturnaia Gazeta*, de 22 de Julho de 1987, p. 11.

<sup>39</sup> *Machismo*, do nome do filósofo austríaco, Ernst Mach (1838-1916), autor da teoria do empiriocriticismo. (N. Ed.)

<sup>40</sup> Cf. A. Bóvine, op. cit.

«*contra-ofensiva*»), o desenvolvimento do «*modelo*» de socialismo ligado à concretização, sob a direcção de I.V. Stáline, precisamente das indicações de Lénine, foi interrompido à força, aliás, de forma grosseira e torpe.

Sublinho repetidamente este ponto de importância fundamental para elucidação e adequada avaliação das circunstâncias criadas. A partir da segunda metade dos anos 50 **deixou de se desenvolver, e pode-se dizer em geral que praticamente deixou de funcionar no nosso país, a organização económica-administrativa, criada entre anos 30 e 50: ela foi enfraquecida e quebrada pelo «bombardeamento» incessante durante 30 anos dos renegados de direita.**

O que se tornou obsoleto e nos colocou numa situação inaudita no plano social e económico no início dos anos 80 **não foi o sistema de Stáline, mas o edifício oportunista de direita erigido sobre as suas ruínas, que é o mais absurdo e infame pela sua irracionalidade na história da economia mundial, tendo paralisado durante 30 anos o processo normal de vida do primeiro Estado socialista no globo terrestre.**

O que se tornou obsoleto e «*necessita*» seriamente de uma rigorosa análise marxista-leninista sem restrições, e depois rejeitado sem hesitações para o ferro-velho da história, não é o «*modelo stalinista*», mas o «*modelo*» oportunista de direita, profundamente antipopular, que surgiu na sequência de uma vasta série de «*investidas*» conceptualmente ignorantes contra as leis económicas objectivas do socialismo, levadas a cabo entre o final dos anos 50 e a primeira metade dos anos 80.

Referimo-nos aqui à destruição praticamente total da **modificação socialista do valor**, a mais preciosa realização da época «*stalinista*», que começou a actuar em plenitude e proficuamente entre 1947 e 1954; à destruição dos princípios da formação de preços natural e historicamente próprios ao socialismo e à galvanização na nossa economia por algo tão odioso «*regressado do passado*» como a espiral inflacionista; ao impedimento da acção dos **critérios de eficiência** da gestão económica socialista, que conduziram ao «*desligamento*» e paralisia do progresso científico-técnico; à «*industrialização*» precipitada e grosseira das relações de produção no campo, que não resolveu nenhum dos problemas relacionados com o aumento da produção agrícola, mas inversamente transformou o sector agrícola, de uma secção produtiva e activa da economia, num «*parasita*» crónico e bastante estranho dos outros ramos; à grande deformação interna do **princípio de união do produtor com os meios de produção**, que foi estimulada por toda a parte, na realidade tanto de «*baixo para cima*» como de «*cima para baixo*», pelo fomento da psicologia não do trabalhador socialista, mas do pequeno proprietário, do interesseiro e aproveitador sem escrúpulos, disposto a causar grandes danos ao Estado para encher os seus próprios bolsos; e a muitas outras coisas deste género.

Afirmar que o «*velho sistema*» (leia-se «*stalinista*»), tendo sofrido todas estas perturbações tresloucadas: um Programa do Partido virado do avesso no plano filosófico e ideológico, um esqueleto económico no qual não restou a menor articulação coerente; afirmar que depois disto tudo esse sistema continua, alegadamente, «*vivo e a actuar segundo as suas leis*», e que foi precisamente isso, esta fatal inércia não superada, que nos levou gradualmente para um beco sem saída, tal significa (como ironizaram os nossos camaradas checoslovacos a propósito de uma questão

semelhante) atribuir a I.V. Stáline capacidades sobrenaturais que nunca teve nem podia ter.<sup>41</sup>

É preciso indiscutivelmente interromper o «*mecanismo de travagem*» que ganhou um ímpeto desnecessário (e, na medida do possível, sem mais atrasos); mas para que se possa alcançar esse objectivo não se pode continuar a contrapor a sociedade socialista, que nos anos 50 estava inegavelmente construída no país dos soviets, de acordo com as indicações prévias de V.I. Lénine (as quais no essencial foram concretizadas na prática), a um imaginado «*socialismo em si mesmo*», ao «*alto ideal socialista*», como se não o tivéssemos ainda alcançado, etc.

Há apenas três anos tivemos um caso desagradável, quando, devido à insistência exagerada no «*ideal socialista*», a própria palavra «*comunismo*» se tornou quase proibida, o que suscitou desaprovação e até hostilidade por parte das pessoas.

O socialismo é uma organização que está longe de ser «*ideal*», no amplo ângulo da história universal; é uma fase «*transitória*» para o modo superior de produção comunista, como invariavelmente foi assinalado pelos clássicos. O socialismo «*em si mesmo*», na perfeição das «*características essenciais*» que lhe correspondem, é o regime em que a relação fundamental de base da **força de trabalho (igualdade formal**, segundo Lénine), de uma forma economicamente lógica e quase «*espontânea*», seguindo uma orientação segura estrutural já trilhada, «*desagua*» na relação da **realização criativa das capacidades** («*igualdade real*» entre os participantes no processo social produtivo). No plano económico da base isto significa que foi encontrada uma tal **modificação das relações mútuas monetário-mercantis de valor**, que, pela sua lógica interna objectiva, está orientada para o maior aumento possível do volume e da qualidade dos valores para consumo directo, com a redução simultânea obrigatória do volume de valor de troca em circulação na economia nacional: ou seja, com uma política permanente de Estado de **embaratecimento dos bens**. Foi precisamente com esta «*descoberta*» prática, a identificação de uma tal mecanismo económico (o mais democrático e elegante, se assim nos podemos assim exprimir, de toda a evolução económica mundial), que I.V. Stáline terminou a sua actividade na liderança do nosso partido e do governo soviético. Esta **descoberta da modificação socialista do valor** constituiu um contributo tão importante para a concretização do grandioso projecto de Lénine como a transformação do país num poderoso colosso industrial, como a criação da agricultura cooperativa, a realização da revolução cultural ou a vitória na Grande Guerra Patriótica.

Seria melhor acabar com a construção de sucessivas «*meias-verdades*» inquietantes (e Vós, ao que parece, tendo-vos dedicado excessivamente a isso), e dizer às pessoas a única **verdade** indivisível sobre o nosso destino passado e presente, pela qual anseia o instinto de classe de qualquer soviético sensato e patriota, e que inevitavelmente, tarde ou cedo, terá de ser dita: que nós rejeitamos de uma vez por todas os projectos delirantes de instituir o desemprego e os preços de «*mercado*» no nosso Estado; abandonamos a linha abertamente renegada e regressamos à **linha geral marxista**, leninista-stalinista (não se pode formular de outra maneira), do nosso desenvolvimento; à linha em que os preços baixavam anualmente, não havia corrupção massiva e subornos no aparelho administrativo, na medicina e nas instituições de ensino, em que não havia comércio de munições nas unidades militares, aviões

---

<sup>41</sup> Cf. L. Grazal, I. Netopilik, *A Luta Contra o Revisionismo Filosófico na Checoslováquia*, Misl, Moscovo, 1982, p. 154.

estrangeiros a aterrar à luz do dia na Praça Vermelha, maquinistas embriagados que adormecem a conduzir um comboio com centenas de passageiros, um ministério da Indústria que degenerou totalmente, com o envolvimento do ministro, numa organização criminosa; em que os bens essenciais não eram divididos na origem em duas categorias (com o rótulo de «*especial*» e sem rótulo); e em que sabíamos que no Krémelin se comia exactamente o mesmo tipo de salchicharia que nos era vendida na loja em frente. Se dissessem isto às pessoas, todos veríamos como o povo finalmente suspiraria de alívio, como compreenderia «*para onde o chamam*», e abrir-se-iam realmente novos amanhães radiantes, e não novos becos sem saída pela frente.

Aliás, isso sim constituiria uma verdadeira, genuína e total democratização da nossa vida social, uma vez que a essência e a finalidade da democracia proletária consistem não em substituir, de tempos a tempos, uma «*elite*» por outra, mas, no presente como no futuro, não dar campo económico a nenhum tipo de elitismo.

Em meados dos anos 50, tudo o que fora feito no país parecia uma imponente «*garantia*» sócio-estrutural que permitia antecipar para um futuro perfeitamente descortinável, com fundada convicção, precisamente a resolução da luta imemorial da humanidade contra as raízes mais recônditas e tenazes da opressão e da desigualdade social.

Eis por que razão o período entre os anos 30 e 50 é tão odiado, quer pelos que no passado tiveram de separar-se de rebanhos de milhares de ovelhas e batalhões de assalariados rurais, quer pelos que, depois da revolução, consideraram que os serviços por si prestados (em parte reais, mas com frequência imaginários) lhes conferia direito a algum tipo de novos privilégios «*aristocrato-proletários*», quer ainda pelos que, a coberto do clamor da famigerada «*denúncia do culto da personalidade*», conseguiram arranjar para si no partido o tão almejado «*ninho aristocrático*», de maior ou menor calibre, e que, durante décadas, sugaram a seiva vital do Estado em proveito pessoal. Todos estes, sem qualquer dúvida, não esquecerão, nem nunca perdoarão nada à época do nascimento do socialismo na nossa terra.

Não foi pela sua irreconciliação com o poder soviético que Soljenítsine, em dada altura, «*ofendeu injustamente Stáline*», mas porque ele e outros como ele se sentem profundamente e para sempre «*injuriados*» pelo Outubro revolucionário, que os impediu de herdar as prometidas terras dos avós. Foi precisamente por isso e nada mais que, nos anos 20 e 30, não perdoaram a Stáline, Lénine, Marx ou Engels, e «*não lhes perdoam*» hoje. Mas a Bukhárine perdoariam tudo, uma vez que Bukhárine seria capaz de devolver aos «*legítimos proprietários*» tudo o que os avós e os pais ganharam (à custa do trabalho assalariado).

Penso que dificilmente responderá aos problemas do momento apresentar hoje uma «*nova*» plataforma ideológica com base nestas razões simplórias e conhecidas à saciedade, que foram rejeitadas pelo nosso povo, resoluta e irreversivelmente, há já 70 anos.

Mas não será inútil olhar à nossa volta com mais atenção, e ver quanto é estranha a companhia de quem estamos, «*partidários das mesmas ideias*» que cedem à pressão daqueles para quem as possibilidades que lhes foram dadas são entendidas unicamente como «*liberdade*» para atizar sentimentos vingativos em relação a épocas e acontecimentos, aos quais devemos o melhor (e não o pior!), o mais duradouro e vigoroso de tudo o que hoje dispomos.